

Equiparação dos salários dos professores das redes públicas aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente: uma análise das desigualdades regionais

Augusto Marques de Castro Oliveira

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília/DF – Brasil

Mariano Laio de Oliveira

Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte (FMBH), Belo Horizonte/MG – Brasil

Alexandre José de Souza Peres

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil

Geraldo Andrade da Silva Filho

Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV), São Paulo/SP – Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica por meio da equiparação de seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, eixo central da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, o trabalho traz um breve panorama sobre o rendimento médio dos professores da rede pública em relação ao dos demais profissionais, desagregado por Unidade Federativa (UF), sexo e raça/cor.

Palavras-chave: Rendimento médio. Valorização docente. Plano Nacional de Educação – PNE. Financiamento. Educação básica.

The equalization of teachers salaries to other professionals with equivalent education level: an analysis of regional inequalities

Abstract

This paper aims to analyze the appreciation of public K-12 education teachers by means of the equalization of their average income to other professionals with equivalent educational level, the central axis of Target 17 of the National Education Plan (PNE). The article presents a brief overview of the average income of public school teachers in relation to other professionals, disaggregated by Federative Unit (UF), sex and race/skin color.

Keywords: Average income. Salary. Career. Teacher appreciation. National Education Plan – PNE. Financing. K-12 education.

Introdução

A melhoria da qualidade da educação brasileira está articulada com a valorização dos profissionais do magistério. Essa melhoria, bem como a valorização profissional está descrita na Constituição Federal (CF) de 1988 e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 e agora consta do Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024), aprovado pela Lei nº 13.005, na forma da Meta 17 – “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento

médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”.

Há, na literatura empírica, fortes evidências de que, após controlar as características socioeconômicas dos alunos, a qualidade do professor é o fator mais importante a explicar a proficiência escolar (HANUSHEK, 2011; ROCKOFF, 2004; RIVKIN et al., 2005; CHETTY et al., 2014). O Ministério da Educação reconhece tal centralidade da valorização dos professores no esforço de elevar a qualidade da educação ofertada pelo setor público¹.

Cabe ressaltar que o amplo debate da valorização dos profissionais do magistério tem como precedente os baixíssimos salários praticados na remuneração de professores da educação básica pública em grande parte dos estados e municípios da federação. Devido à autonomia dos entes federados para definir os salários dos professores, a critério dos interesses da administração pública local, a perspectiva da construção de uma legislação que regulasse nacionalmente um piso salarial tornou-se uma das mais importantes pautas dos professores organizados. Sabe-se que muitos municípios não possuem plano de carreira, cargos e salários para os profissionais do magistério, e nem sequer planos municipais de educação, embora sejam prescritos na legislação educacional brasileira. A lei do piso salarial dos profissionais do magistério², promulgada em 2008, “[...] antes mesmo de entrar em vigor, [...] por decisão do Supremo Tribunal Federal, já teve suspensão, em caráter liminar, a vigência de preceitos fundamentais [...]” (PINTO, 2012, p. 51). Em fevereiro de 2013, o STF emitiu uma decisão admitindo novamente a constitucionalidade dessa lei e fixou a data para a sua efetivação. Como percebemos, portanto, é bastante recente a regulamentação da primeira iniciativa de estabelecimento de um patamar mínimo do vencimento dos professores.

A meta 17 do PNE assume o que diversos estudos já apontavam – os salários dos professores brasileiros são relativamente baixos se comparados aos dos demais profissionais de mesma escolaridade, além de muito defasados em relação aos professores de outros países (PINTO, 2012; FERNANDES; GOUVEIA; BENINI, 2012; RABELO, 2010; VERISSIMI; TROJAN, 2011).

No texto da meta, há a previsão de um prazo intermediário para a sua execução, o sexto ano de vigência do PNE. Considera-se que esse prazo confere maior efetividade à função que lhe é designada, a de induzir a regulamentação imediata do salário dos professores do ensino básico público.

Os indicadores adotados nesse estudo são os mesmos utilizados no relatório de linha de base do PNE (2014 a 2024), publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (no prelo). Todos os indicadores serão apresentados com resultados desagregados para o Brasil, para as cinco Grandes Regiões e para unidades da federação (UF), no período de 2004 a 2013, além da desagregação por sexo e raça/cor. Ademais, essas desagregações provêm da necessidade de uma investigação pormenorizada por UF dos rendimentos dos professores da educação básica que excedam os valores teto da administração, estabelecido constitucionalmente como sendo o subsídio dos

¹ Como esclarece o documento Planejando a Próxima Década, publicado pelo Ministério da Educação em 2014: “[...] a melhoria da educação e, conseqüentemente, dos índices educacionais e das taxas de escolarização da população e o desenvolvimento social e econômico do País estão relacionados, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica”.

² Lei nº 11.738, de 2008.

Governadores (CF/88 art. 37, XI), de forma a excluir valores discrepantes encontrados na amostra da PNAD/IBGE.

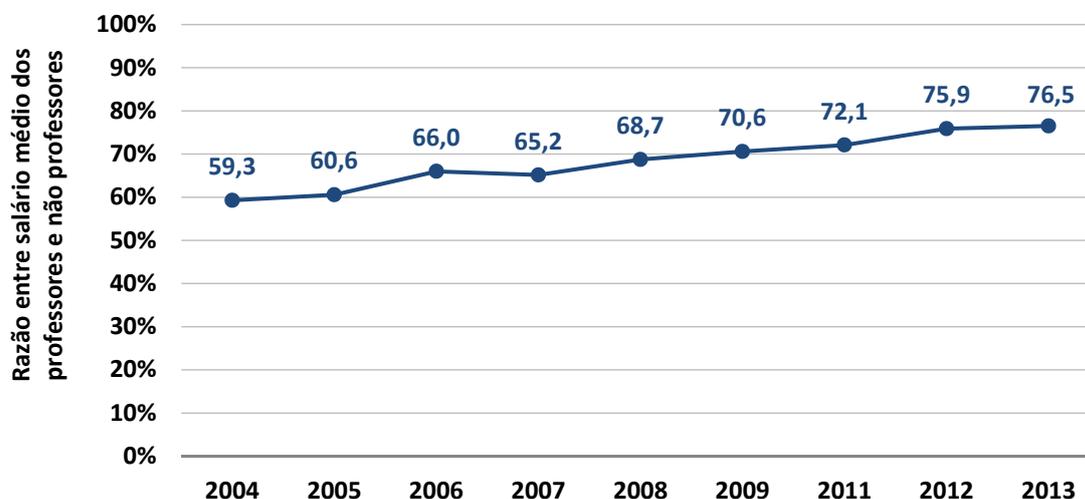
Com a finalidade de acompanhar a Meta 17, foi selecionado o Indicador 17, que busca descrever a razão entre o salário médio dos professores da Educação Básica, na rede pública (não federal), e o salário médio de não professores, com escolaridade equivalente. Dessa forma, o presente texto busca apresentar a evolução recente do indicador, por meio da série histórica de 2004 a 2013, com o objetivo de compreender suas tendências recentes, bem como diagnosticar sua configuração atual frente à meta de equiparação expressa no PNE. O Indicador 17 apresenta resultados para o nível Brasil e para as Unidades da Federação (UF) no período de 2004 a 2013, e foi calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

O presente artigo se divide da seguinte forma. A seção 2 apresenta os indicadores da Meta 17, nível Brasil e desagregado por UF, sexo e raça/cor. A seção 3 é dedicada às considerações finais.

Indicadores da Meta 17

O Gráfico 1 apresenta a evolução da razão entre o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e salário médio dos não professores com escolaridade equivalente, entre 2004 a 2013. O indicador da Meta 17 é representado por essa razão entre os salários. Esse indicador passou de 59,3% em 2004, para 76,5% em 2013.

Gráfico 1 – Razão entre o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente no Brasil



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Os dados da Tabela 1 mostram a média salarial do professor e do “não professor”, no período de 2004 a 2013. Constata-se que o salário médio dos professores foi o principal impulsionador do crescimento do indicador, pois o mesmo saltou de R\$ 1.856,09, em 2004, para R\$ 2.464,63, em 2013, ou seja, um ganho real de 32,8%, no período em análise. Enquanto que o salário médio do “não professor” teve um aumento real de apenas 2,9%. Considerando que a inflação apurada no período foi de 61,6%³.

³ Calculado a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: IBGE.

Tabela 1 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente no Brasil, em valores constantes de 2013

Descrição	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Salário Professores	1.856,09	1.887,36	2.049,24	2.025,03	2.128,23	2.102,61	2.330,85	2.419,28	2.464,63
Salário Não Professores	3.131,55	3.116,39	3.105,29	3.108,23	3.096,23	2.978,23	3.233,11	3.188,44	3.221,50
Indicador Meta 17	59,3%	60,6%	66,0%	65,2%	68,7%	70,6%	72,1%	75,9%	76,5%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).
Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

As Tabelas 2 a 6 apresentam os indicadores desagregados por Unidade Federativa (UF), assim, é possível verificar, de forma mais detalhada, a existência de desigualdades entre as UFs, dentro de cada Grande Região. A Tabela 2 apresenta as UFs da Região Norte. Nota-se que, no Acre e no Amapá, o salário médio dos professores é superior ao salário médio dos “não professores”.

Pode-se observar que, com exceção de Tocantins, todas as UFs da Região Norte apresentaram a razão entre salários dos professores e “não professores” acima do que foi calculado para o nível Brasil. Sendo que dois deles, Acre e Amapá, já atingiram a meta estabelecida no PNE. No caso de Roraima, é importante salientar que, de 2007 a 2011, esse Estado vinha atingindo a meta de equiparação salarial, mas de 2012 para 2013, ocorreu uma queda brusca no salário médio real dos professores (-30,2%), enquanto que o salário dos “não professores” cresceu. A diferença entre o maior indicador e o menor, dessa Região, foi de 45,4 pontos percentuais (p.p.).

Tabela 2 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente na Região Norte, em valores constantes de 2013

UFs	Descrição	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
RO	Professores	1.664,95	1.856,73	1.822,69	2.022,60	1.853,92	1.687,93	2.043,76	2.098,84	2.255,53
	Não Professores	3.079,24	3.525,03	3.165,70	2.787,83	2.457,66	2.414,01	2.610,46	2.526,07	2.561,31
	Indicador	54,1%	52,7%	57,6%	72,6%	75,4%	69,9%	78,3%	83,1%	88,1%
AC	Professores	2.146,43	1.892,54	2.771,33	2.397,62	2.284,47	2.422,07	2.667,02	2.964,26	2.720,49
	Não Professores	3.705,46	2.780,23	3.345,98	3.405,22	3.328,75	3.640,39	2.817,95	2.494,25	2.410,01
	Indicador	57,9%	68,1%	82,8%	70,4%	68,6%	66,5%	94,6%	118,8%	112,9%
AM	Professores	1.829,74	1.688,54	1.803,75	2.015,27	2.054,53	1.882,14	2.049,01	2.144,10	2.159,23
	Não Professores	3.601,40	2.837,55	3.263,73	3.008,92	2.661,14	2.804,57	2.970,64	2.459,81	2.592,78
	Indicador	50,8%	59,5%	55,3%	67,0%	77,2%	67,1%	69,0%	87,2%	83,3%
RR	Professores	2.589,49	2.574,51	2.892,89	2.736,58	2.452,96	3.252,11	3.458,09	3.830,78	2.675,54
	Não Professores	2.772,41	2.983,43	2.927,93	2.559,00	2.281,95	2.604,34	2.462,35	2.473,94	2.722,02
	Indicador	93,4%	86,3%	98,8%	106,9%	107,5%	124,9%	140,4%	154,8%	98,3%
PA	Professores	1.669,80	1.580,08	1.743,54	1.684,17	2.070,54	1.890,15	2.082,46	2.121,70	2.280,05
	Não Professores	3.085,85	2.745,53	2.845,13	2.700,26	2.767,48	2.285,70	2.758,66	2.678,11	2.640,29
	Indicador	54,1%	57,6%	61,3%	62,4%	74,8%	82,7%	75,5%	79,2%	86,4%

Equiparação dos salários dos professores das redes públicas aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente

AP	Professores	2.285,54	2.970,59	2.522,42	2.644,11	2.501,36	3.008,08	2.750,25	3.422,16	3.354,54
	Não Professores	2.243,90	2.523,53	2.431,28	2.398,90	2.107,25	2.678,55	2.145,95	3.149,50	2.850,35
	Indicador	101,9%	117,7%	103,7%	110,2%	118,7%	112,3%	128,2%	108,7%	117,7%
TO	Professores	1.605,88	1.585,55	1.644,51	1.779,51	1.745,01	1.805,33	2.417,04	2.533,08	2.290,24
	Não Professores	2.429,65	2.163,78	2.551,28	2.420,24	2.540,62	2.409,12	2.593,67	2.515,18	3.167,41
	Indicador	66,1%	73,3%	64,5%	73,5%	68,7%	74,9%	93,2%	100,7%	72,3%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).
Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

A desigualdade entre as UFs da Região Nordeste (Tabela 3) é menor do que da Região Norte. A diferença entre o maior e menor indicador foi de 23,4 p.p. Em 2013, o indicador de cada UF foi maior do que o indicador para o nível Brasil, com exceção do Rio Grande do Norte (74,5%), contra o nível Brasil de 76,5%. O Estado de Sergipe possui o maior indicador da Região Nordeste, em 2013, com 97,9% e atingiu a meta de equiparação nos anos de 2011 e 2012 e também possui a maior média salarial do professor (R\$ 2.964,39). Vale destacar que, no último exercício (2013), nenhum Estado do Nordeste atingiu a meta.

Tabela 3 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente na Região Nordeste, em valores constantes de 2013

UFs	Descrição	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
MA	Professores	1.629,55	1.494,62	1.605,79	1.490,34	1.907,94	1.928,92	1.895,70	2.274,17	2.571,23
	Não Professores	3.700,81	2.585,58	3.146,18	2.201,83	2.892,72	3.005,23	2.915,97	2.976,18	2.866,08
	Indicador	44,00%	57,80%	51,00%	67,70%	66,00%	64,20%	65,00%	76,40%	89,70%
PI	Professores	1.162,81	1.219,13	1.551,77	1.400,36	1.482,83	1.658,24	1.673,42	1.922,10	2.148,20
	Não Professores	2.497,47	2.950,32	2.357,51	2.691,03	2.091,31	2.580,55	2.185,84	2.379,64	2.449,04
	Indicador	46,60%	41,30%	65,80%	52,00%	70,90%	64,30%	76,60%	80,80%	87,70%
CE	Professores	1.307,16	1.282,91	1.348,51	1.332,48	1.652,55	1.583,84	1.743,49	1.815,49	1.778,99
	Não Professores	2.491,20	2.740,54	2.473,71	2.329,36	2.531,40	2.808,40	2.436,99	2.696,67	2.287,96
	Indicador	52,50%	46,80%	54,50%	57,20%	65,30%	56,40%	71,50%	67,30%	77,80%
RN	Professores	1.133,71	1.415,48	1.766,16	1.667,29	1.822,15	1.795,87	1.707,29	2.322,86	2.279,16
	Não Professores	2.794,72	3.586,02	2.930,12	2.813,26	2.874,23	3.317,26	3.044,63	2.546,46	3.058,63
	Indicador	40,60%	39,50%	60,30%	59,30%	63,40%	54,10%	56,10%	91,20%	74,50%
PB	Professores	1.242,60	1.317,58	1.378,35	1.635,73	1.430,86	1.842,79	1.988,70	1.818,81	2.137,96
	Não Professores	3.072,42	2.933,03	3.308,74	3.434,39	3.562,21	2.779,24	2.769,27	2.581,22	2.348,10
	Indicador	40,40%	44,90%	41,70%	47,60%	40,20%	66,30%	71,80%	70,50%	91,10%
PE	Professores	1.303,07	1.319,81	1.342,02	1.324,88	1.373,21	1.432,28	1.889,86	1.926,86	2.048,84
	Não Professores	3.220,71	2.649,64	2.760,26	2.445,23	2.772,92	2.709,45	2.632,51	2.566,13	2.380,54
	Indicador	40,50%	49,80%	48,60%	54,20%	49,50%	52,90%	71,80%	75,10%	86,10%
AL	Professores	1.343,37	1.249,38	1.324,54	1.601,03	1.922,09	1.873,28	1.997,56	2.130,47	2.406,20
	Não Professores	2.750,67	2.985,47	3.314,12	3.157,09	3.143,23	2.808,07	2.471,25	2.213,42	2.747,03
	Indicador	48,80%	41,80%	40,00%	50,70%	61,20%	66,70%	80,80%	96,30%	87,60%
SE	Professores	1.752,27	1.759,24	2.184,35	1.851,36	2.247,54	2.310,92	3.282,45	3.098,92	2.964,39
	Não Professores	2.677,33	2.762,26	2.918,43	2.351,92	2.865,21	2.806,02	2.959,69	2.889,67	3.029,33
	Indicador	65,40%	63,70%	74,80%	78,70%	78,40%	82,40%	110,90%	107,20%	97,90%

Equiparação dos salários dos professores das redes públicas aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente

	Professores	1.469,44	1.536,71	1.589,22	1.518,84	1.584,02	1.739,13	2.037,63	2.101,20	2.357,65
BA	Não Professores	3.067,78	2.775,79	2.984,26	2.825,60	3.024,22	2.744,97	3.022,11	3.006,14	3.016,98
	Indicador	47,90%	55,40%	53,30%	53,80%	52,40%	63,40%	67,40%	69,90%	78,10%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Na região Sudeste, a desigualdade é ainda menor em relação às Regiões Norte e Nordeste, a diferença é de 6,4 p.p. entre o maior e menor indicador. A maior diferença salarial encontra-se em São Paulo, Estado no qual o salário médio dos professores, em 2013, foi apenas 69,1% do salário médio dos não professores (Tabela 4). Os demais Estados (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), registraram para o indicador um percentual superior ao observado para o Brasil.

Tabela 4 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente na Região Sudeste, em valores constantes de 2013

UFs	Descrição	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
MG	Salário Professores	1.661,12	1.709,15	1.661,56	1.865,40	1.932,94	1.904,00	2.136,84	2.339,76	2.341,93
	Salário Não Professores	2.827,43	2.838,54	2.867,38	2.706,54	2.606,14	2.699,23	2.931,89	3.048,16	2.964,16
	Indicador	58,80%	60,20%	57,90%	68,90%	74,20%	70,50%	72,90%	76,80%	79,00%
ES	Salário Professores	1.439,59	1.614,02	1.643,88	1.743,37	1.921,12	2.194,66	2.402,51	2.673,26	2.341,00
	Salário Não Professores	2.891,80	2.710,96	2.601,70	2.606,17	2.749,19	2.759,88	2.808,67	3.004,68	2.813,43
	Indicador	49,80%	59,50%	63,20%	66,90%	69,90%	79,50%	85,50%	89,00%	83,20%
RJ	Salário Professores	2.628,35	2.523,26	2.817,65	2.707,45	2.836,71	2.477,33	3.216,40	3.036,70	2.934,37
	Salário Não Professores	3.379,51	3.307,60	3.387,82	3.554,90	3.412,12	3.403,26	4.018,90	3.648,08	3.811,51
	Indicador	77,80%	76,30%	83,20%	76,20%	83,10%	72,80%	80,00%	83,20%	77,00%
SP	Salário Professores	2.078,30	2.214,79	2.578,02	2.432,69	2.472,22	2.307,06	2.487,65	2.479,84	2.421,20
	Salário Não Professores	3.240,52	3.316,48	3.295,98	3.328,57	3.254,56	3.039,60	3.418,33	3.391,60	3.505,68
	Indicador	64,10%	66,80%	78,20%	73,10%	76,00%	75,90%	72,80%	73,10%	69,10%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

A Região Sul possui a situação mais igualitária entre os Estados. A razão entre o salário médio dos professores e não professores, em 2013, variava entre 83,4% e 89,8%, ou seja, uma diferença 6,4 p.p (Tabela 5), valores superiores ao observado no nível Brasil. Essa Região também apresenta a menor diferença salarial entre os professores. A diferença entre o maior salário médio e o menor salário médio do professor não ultrapassa R\$ 386,16. O Estado do Paraná apresentou a maior média salarial dos professores da Região Sul, R\$ 2.723,55 em 2013, e a menor evolução do indicador em comparação aos Estados de sua Região, com aumento de 16 p.p.

Tabela 5 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente na Região Sul, em valores constantes de 2013

UFs	Descrição	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
PR	Salário Professores	2.036,08	1.989,13	2.058,59	2.131,23	2.233,24	2.429,40	2.564,89	2.633,17	2.723,55
	Salário Não Professores	2.757,07	2.829,59	2.722,06	2.806,02	2.771,74	2.780,15	2.773,69	2.976,43	3.031,58

Equiparação dos salários dos professores das redes públicas aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente

	Indicador	73,80%	70,30%	75,60%	76,00%	80,60%	87,40%	92,50%	88,50%	89,80%
	Salário Professores	1.579,73	1.854,19	1.904,14	1.770,28	1.845,82	1.989,31	1.966,55	2.252,93	2.337,39
SC	Salário Não Professores	2.612,66	2.790,16	2.504,20	2.770,60	2.748,78	2.599,64	2.960,38	2.631,17	2.654,11
	Indicador	60,50%	66,50%	76,00%	63,90%	67,20%	76,50%	66,40%	85,60%	88,10%
	Salário Professores	1.942,93	1.977,01	2.062,30	2.000,58	2.230,37	2.154,57	2.345,16	2.537,85	2.644,08
RS	Salário Não Professores	3.003,97	2.989,75	2.958,07	2.845,06	3.078,27	2.797,46	3.113,02	3.016,19	3.170,97
	Indicador	64,70%	66,10%	69,70%	70,30%	72,50%	77,00%	75,30%	84,10%	83,40%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Na Região Centro-Oeste, todas as UFs apresentaram indicador superior ao indicador em nível nacional, sendo que apenas o Estado de Goiás atingiu a meta de equiparação (Tabela 6). A média salarial do professor, no Distrito Federal, era mais do que o dobro da média salarial nos Estados de Mato Grosso e Goiás. O Estado que apresentou a maior evolução salarial foi Mato Grosso do Sul (65,2% de ganho real no período), e o Estado que apresentou a maior evolução no indicador foi Goiás (41,1 p.p.).

Tabela 6 – Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente na Região Centro-Oeste, em valores constantes de 2013

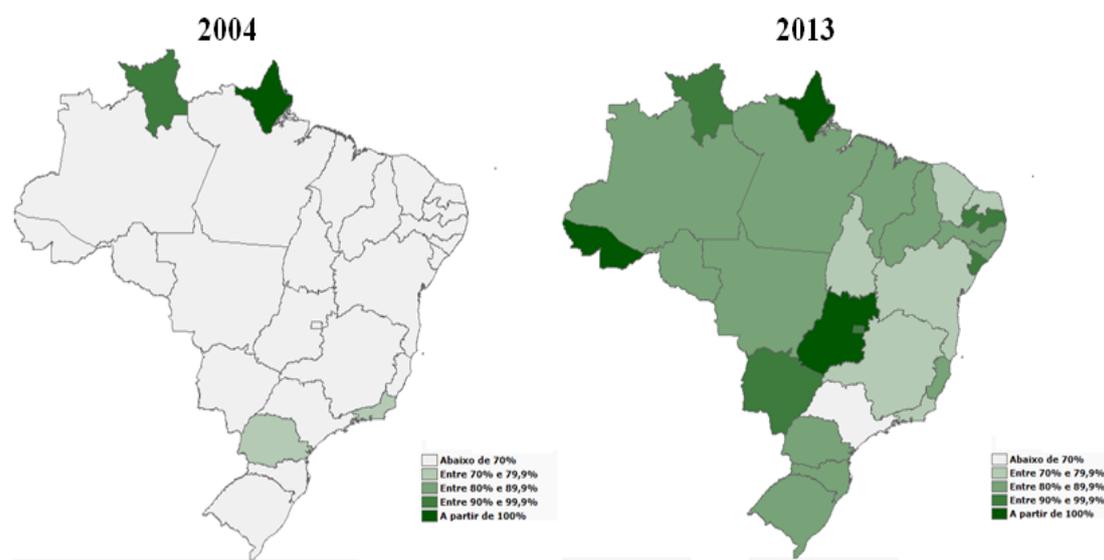
UFs	Descrição	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
	Salário Professores	1.887,99	1.923,99	2.190,15	2.132,45	2.342,98	2.583,54	2.755,70	2.685,44	3.118,53
MS	Salário Não Professores	2.814,29	3.025,70	2.697,33	3.166,97	3.196,65	2.967,20	3.465,21	3.164,61	3.183,16
	Indicador	67,10%	63,60%	81,20%	67,30%	73,30%	87,10%	79,50%	84,90%	98,00%
	Salário Professores	1.970,88	1.958,68	1.856,06	1.934,58	1.980,75	2.147,98	2.563,46	2.513,74	2.507,60
MT	Salário Não Professores	3.096,26	2.724,79	2.856,66	2.954,02	2.950,92	2.750,00	2.734,24	3.448,55	3.115,99
	Indicador	63,70%	71,90%	65,00%	65,50%	67,10%	78,10%	93,80%	72,90%	80,50%
	Salário Professores	1.628,48	1.672,20	1.715,58	1.712,36	1.834,78	1.860,16	2.215,38	2.185,11	2.486,11
GO	Salário Não Professores	2.632,89	2.625,93	2.429,34	2.647,14	2.897,43	2.468,60	2.763,49	2.744,55	2.414,68
	Indicador	61,90%	63,70%	70,60%	64,70%	63,30%	75,40%	80,20%	79,60%	103,00%
	Salário Professores	3.352,54	3.428,75	3.653,51	4.037,56	4.492,35	4.324,27	4.482,06	4.885,74	5.317,08
DF	Salário Não Professores	5.630,11	5.197,71	5.487,62	6.036,84	5.707,66	5.824,58	5.446,59	5.795,97	5.754,60
	Indicador	59,50%	66,00%	66,60%	66,90%	78,70%	74,20%	82,30%	84,30%	92,40%

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013).

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, no ano de 2004, 23 UFs apresentavam indicador inferior a 70%. Apenas dois estados apresentavam indicadores com resultados superiores a 90%, sendo que um deles, Amapá, já havia atingido valores acima da meta de 100%. Já para o exercício de 2013, a maioria dos Estados da Federação e o DF apresentavam indicador superior a 80%. Dentre estes, os Estados que apresentaram os melhores indicadores (acima de 90%) encontram-se na Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que Acre, Amapá e Goiás já atingiram a meta de 100% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição das razões entre o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio dos não professores com escolaridade equivalente no Brasil por UF (2004 e 2013)



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

A Unidade da Federação que apresentou a maior média salarial para os professores da educação básica, em 2013, foi Distrito Federal com R\$ 5.317,08 e, a que apresenta a menor média salarial, é o Ceará, com R\$ 1.778,99. Em termos de evolução salarial real, a UF que apresentou o maior progresso entre 2004 e 2013 foi o Rio Grande do Norte, com 101,0%. Por outro lado, a UF com a menor evolução, no mesmo período, foi Roraima, com crescimento real de apenas 3,3%.

Tabela 7 – Média salarial dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), por sexo, raça/cor no Brasil

Sexo	Raça / Cor	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Masculino	Branco	1.994,31	2.231,58	2.576,82	2.299,19	2.450,73	2.305,61	2.534,89	2.582,82	2.754,40
	Negro	1.756,72	1.862,30	2.097,05	1.891,29	2.005,37	2.100,78	2.342,71	2.484,60	2.510,28
Feminino	Branco	1.937,43	1.949,50	2.109,61	2.160,93	2.255,33	2.158,25	2.411,02	2.485,00	2.522,71
	Negro	1.656,79	1.671,22	1.754,48	1.740,69	1.885,17	1.957,17	2.168,00	2.283,99	2.300,84

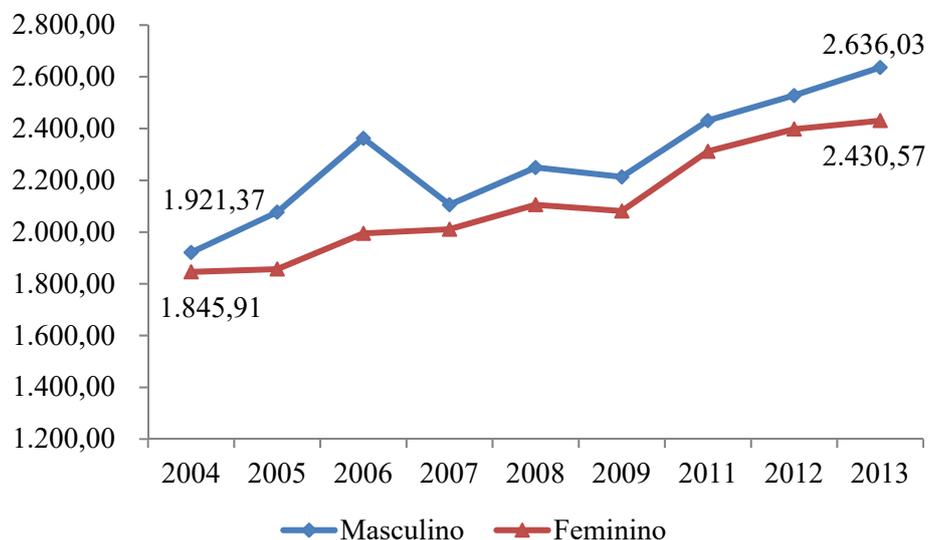
Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013 = 100)

A tabela 7 faz uma comparação a partir da categorização de raça/cor e sexo. Assim, é possível verificarmos um maior crescimento na média salarial dos professores negros com ganho real de 42,9%, bem superior à média nacional (32,8%). A categoria que possui a maior média salarial são os professores brancos, R\$ 2.754,40 em 2013, e, a menor, são as professoras negras, R\$ 2.300,84, no mesmo período. Apesar das diferenças nas médias salariais serem pequenas entre os grupos, considerando o ano de 2013, o grupo que apresenta a maior diferença na média salarial é entre os professores brancos e negros (R\$

244,12) e o grupo que apresenta a menor diferença é entre os professores negros e as professoras negras (R\$ 209,44).

Gráfico 3 – Média salarial dos professores da educação básica, na rede pública (não federal) Brasil por sexo



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Agora, considerando apenas o sexo, independente da raça/cor, podemos verificar, no gráfico 3, que os professores possuem uma média salarial superior à das professoras, em todos os anos analisados. Os professores tiveram um ganho real de 37,2%, enquanto que as professoras tiveram um ganho real de 31,7%. Vale ressaltar, também, que a diferença salarial entre eles vem crescendo nos últimos três anos.

A desagregação dos dados por Grandes Regiões nos mostra certa heterogeneidade (tabela 8). Enquanto que, na Região Norte, as professoras tiveram um ganho real de aproximadamente o dobro do ganho real dos professores (37,1% contra 18,6%), já na Região Sudeste acontece o inverso, os professores tiveram um ganho real bem acima do ganho das professoras (31,7% contra 18,9%). Na Região Centro-Oeste, o ganho real foi praticamente o mesmo para os dois sexos (em torno de 45%) e muito superior ao ganho nacional (32,8%).

Tabela 8 – Média salarial dos professores da educação básica, na rede pública (não federal) Grandes Regiões por sexo

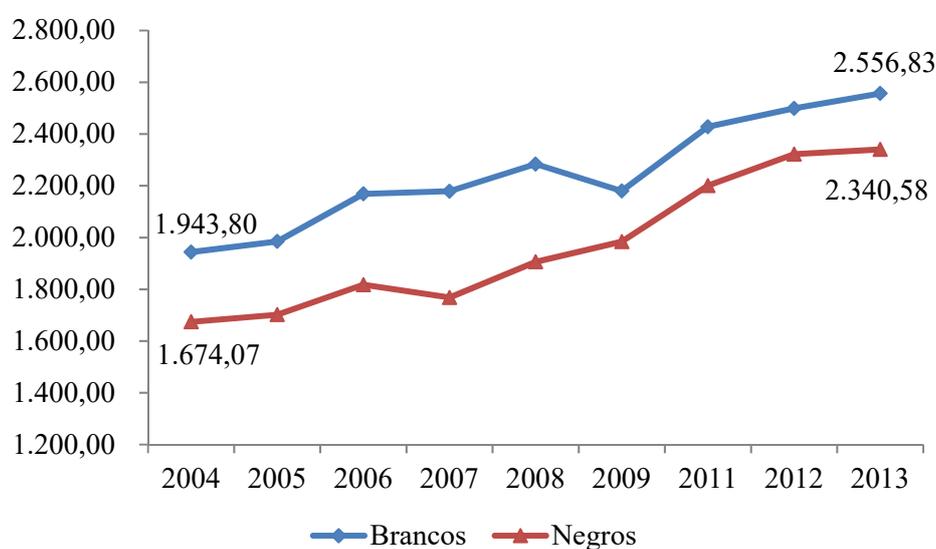
Grandes Regiões	Sexo	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Norte	Masculino	2.019,55	2.049,13	1.987,08	2.032,09	2.112,72	2.203,87	2.484,47	2.694,22	2.395,60
	Feminino	1.734,82	1.765,57	1.876,74	1.932,10	2.047,89	1.982,95	2.180,39	2.313,89	2.377,67
Nordeste	Masculino	1.454,60	1.393,13	1.743,86	1.593,91	1.658,44	1.680,42	2.056,56	2.012,70	2.366,49
	Feminino	1.357,65	1.399,73	1.487,19	1.471,15	1.640,69	1.740,24	1.907,97	2.077,92	2.194,60
Sudeste	Masculino	2.091,91	2.402,81	2.876,23	2.529,97	2.452,10	2.397,75	2.512,18	2.767,50	2.754,77
	Feminino	2.032,35	2.044,56	2.249,16	2.267,70	2.341,08	2.186,47	2.500,84	2.488,20	2.417,29
Sul	Masculino	2.004,41	2.322,21	2.200,98	1.966,64	2.447,59	2.275,26	2.631,27	2.428,19	2.891,99
	Feminino	1.893,22	1.909,87	2.005,20	2.002,04	2.098,26	2.201,24	2.303,45	2.530,20	2.579,14
Centro-Oeste	Masculino	2.317,42	2.483,86	2.500,49	2.479,02	3.227,59	3.095,90	2.897,24	3.035,64	3.370,87
	Feminino	2.057,93	2.048,65	2.150,93	2.307,27	2.332,60	2.418,75	2.795,22	2.800,19	2.989,20

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013 = 100)

Em 2013, as maiores médias salariais encontravam-se na Região Centro-Oeste, com R\$ 3.370,87 para os professores e R\$ 2.989,20 para as professoras e, as menores médias salarias estavam na Região Nordeste, com R\$ 2.366,49 para os professores e R\$ 2.194,60 para as professoras. O professor da Região Nordeste possui média salarial inferior à média salarial das professoras das demais Regiões e, na outra ponta, a professora da Região Centro-Oeste possui média salarial superior à média salarial dos professores das demais Regiões. Analisando o diferencial de salários, a Região que apresenta a maior diferença salarial, em 2013, entre professores e professoras, é a Região Centro-Oeste, com R\$ 381,67 e, a que possui a menor diferença, é a Região Norte, com R\$ 17,93.

Gráfico 4 – Média salarial dos professores da educação básica, na rede pública (não federal) Brasil por raça/cor



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.

Partindo para a análise em função da raça/cor, verificamos que os professores brancos possuem uma média salarial superior aos professores negros em todos os anos do período analisado (gráfico 4). Os professores negros foram os que tiveram o maior ganho real (39,8%), e os professores brancos tiveram ganho real de 31,5%.

Realizando a mesma análise comparativa, mas agora desagregado por Grandes Regiões (tabela 9), encontramos que os professores negros tiveram ganho salarial superior aos professores brancos nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, com ganho real de 34,1%, 40,5% e 62,7%, respectivamente. Já nas Regiões Sudeste e Nordeste os professores brancos tiveram ganho salarial superior ao dos professores negros (23% na Região Sudeste e 61,3% na Região Nordeste). Apesar de o professor negro, da Região Nordeste, possuir um ganho real inferior ao do professor branco, dessa Região, o mesmo possui um ganho real bem superior se comparado às demais Regiões (Norte, Sul e Sudeste) e muito próximo do ganho real dos professores negros da Região Centro-Oeste (62,7%).

**Tabela 9 – Média salarial dos professores da educação básica, na rede pública (não federal)
Grandes Regiões por raça/cor**

Grandes Regiões	Raça / Cor	Anos								
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Norte	Branços	1.912,82	1.853,56	1.916,86	2.124,37	2.195,17	2.024,25	2.419,79	2.402,97	2.499,22
	Negros	1.735,70	1.813,87	1.894,08	1.895,76	2.009,89	2.042,45	2.194,79	2.420,74	2.327,90
Nordeste	Branços	1.402,23	1.386,66	1.532,12	1.557,57	1.723,62	1.731,03	1.904,30	2.057,44	2.310,95
	Negros	1.352,63	1.410,09	1.520,74	1.450,64	1.591,12	1.723,97	1.946,33	2.071,75	2.181,80
Sudeste	Branços	2.066,44	2.141,51	2.434,50	2.432,11	2.488,18	2.270,16	2.554,66	2.568,85	2.541,82
	Negros	1.922,34	1.905,94	2.003,79	1.943,37	2.082,32	2.103,02	2.382,49	2.449,67	2.320,46
Sul	Branços	1.903,74	1.967,94	2.017,88	2.006,45	2.182,19	2.202,88	2.413,22	2.543,21	2.605,13
	Negros	1.872,70	1.843,39	2.101,79	1.973,75	1.856,63	2.192,35	2.013,79	2.341,35	2.631,10
Centro-Oeste	Branços	2.302,02	2.185,69	2.241,70	2.468,08	2.406,20	2.630,21	2.811,37	2.924,70	3.125,40
	Negros	1.826,26	2.018,82	2.150,19	2.176,16	2.505,18	2.440,55	2.810,55	2.769,80	2.972,06

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de PNAD/IBGE.
Nota: Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (ano base 2013 = 100)

Dentre aqueles que possuem a maior média salarial, em 2013, novamente temos a Região Centro-Oeste, com uma média salarial de R\$ 3.125,40 para os professores brancos e R\$ 2.972,06 para os professores negros. Nesse caso, a média salarial dos professores negros é superior à média salarial dos professores brancos e negros das demais Regiões. Da mesma forma, a menor média salarial, em 2013, foi encontrada na Região Nordeste, onde o professor branco possui média salarial de R\$ 2.310,95 e, o professor negro, de R\$ 2.181,80. O professor branco, da Região Nordeste, possui média salarial inferior ao dos professores das demais Regiões.

Considerações finais

O indicador que mensura a razão entre o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente registrou 59,3%, em 2004, evoluindo significativamente para 76,5%, em 2013. Durante o período de 2004 a 2013, a média salarial do professor apresentou crescimento real de 32,8%, contra um avanço de apenas 2,9% da média salarial real do não professor.

Em 2013, o Estado do Amapá apresentou o maior indicador entre as Unidades da Federação (117,7%), e o Estado de São Paulo o menor (69,1%). Considerando o último ano da série, 2013, a maior média salarial dos professores, em termos monetários, estava no Distrito Federal (R\$ 5.317,08) e, a menor, no Ceará (R\$ 1.778,99). Coincidentemente, a maior média salarial dos não professores também se encontrava no Distrito Federal (R\$ 5.754,60) e, a menor, no Ceará (R\$ 2.287,96).

Já a Unidade da Federação que apresentou a maior crescimento no indicador no decorrer do período de 2004 a 2013 foi o Acre (55 p.p.), enquanto o Rio de Janeiro (-0,8 p.p.) apresentou discreta variação negativa.

Realizando-se uma comparação a partir da categorização por sexo e raça/cor, verifica-se que os professores possuem média salarial superior à das professoras (R\$ 2.556,83 contra R\$ 2.340,58), e os professores brancos possuem média salarial superior ao dos professores negros (R\$ 2.636,03 contra R\$ 2.430,57). Em termos de ganhos reais, os professores tiveram maiores ganhos (37,2%) em relação às professoras (31,7%) e os professores negros tiveram ganhos (39,8%) superiores aos ganhos dos professores brancos (31,5%).

A desagregação dos dados por Grandes Regiões demonstra que as maiores médias salariais se encontram na Região Centro-Oeste, enquanto as menores médias ocorrem na Região Nordeste, tanto na análise em função do sexo como em função da raça/cor. Apesar de a Região Nordeste apresentar menores médias salariais, ela possui o maior ganho real, em torno de 60% ao longo da série histórica analisada. As categorizações que apresentam os maiores ganhos reais são os professores (as) e os professores negros, ambos da Região Nordeste, com ganho real em torno de 60,0%, e as que apresentam os menores ganhos reais são: os professores da Região Norte, as professoras e professores negros da Região Sudeste (18,6%, 18,9% e 20,7%, respectivamente).

É importante mencionar que a efetiva execução da meta 17 está intrinsecamente relacionada à execução da meta 18, a qual assegurará, no prazo de 2 (dois) anos de implantação do PNE, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomará como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Planejando a Próxima Década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE) Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CHETTY, Raj; FRIEDMAN, John; ROCKOFF, Jonah. Measuring the Impacts of Teachers I: Evaluating Bias in Teacher Value-Added Estimates. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 104, n. 9, p. 2593-2632, Sept. 2014.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; GOUVEIA, Andrea Barbosa; BENINI, Élcio Gustavo. Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, 2012.

HANUSHEK, Eric A. The economic value of higher teacher quality. **Economics of Education Review**, v. 30, p. 466-479, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dicionário de Variáveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Métodos e Qualidade. Gerência Técnica do Censo Demográfico. Rio de Janeiro, março de 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Estudo_e_tratamento_rendimentos.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Rio de Janeiro, 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Linha de base do PNE (2014 a 2024). Diretoria de Estudos Educacionais. Brasília. No prelo.

PINTO, José Marcelino R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, 2012.

RABELO, Amanda O. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 57-87, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100004>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

RIVKIN, Steven; HANUSHEK, Eric; KAIN, John. Teachers, Schools and Academic Achievement. **Econometrica**, v. 73, n. 2, p. 417-458, 2005.

ROCKOFF, Jonah. The Impact of Individual Teachers on Student Achievement: Evidence from Panel Data. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 94, n. 2, p. 247-25, 2004.

VERISSIMI, Aline Chalus V.; TROJAN, Rose Meri. A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 57-69, ago./dez. 2011.

Augusto Marques de Castro Oliveira é Mestre e doutorando em Economia pela Universidade Católica de Brasília.

E-mail: augusto.castro-oliveira@itau-unibanco.com.br

Mariano Laio de Oliveira é Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Metropolitana de BH.

Alexandre José de Souza Peres é Mestre e doutorando em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UnB.

E-mail: alexandre.peres@gmail.com

Geraldo Andrade da Silva Filho é Mestre em Economia pela USP e doutorando em Economia pela EESP-FGV.

E-mail: geraldo.filho@saude.gov.br

Recebido em 10 de junho de 2015

Aprovado em 03 de dezembro de 2015

Editores do volume 5

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nalú Farenzena Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Rosana Evangelista Cruz Universidade Federal do Piauí, Brasil
Juca Gil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Rosana Gemaque Universidade Federal do Pará, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal do Paraná, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
 Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: jmrpinto@ffclrp.usp.br | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>